

11 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — O júri terá a constituição que a seguir se refere, sendo o presidente substituído nas suas faltas e ou impedimentos pelo 1.º vogal:

Presidente — Doutora Olívia Maria Marques da Silva, professora-coordenadora da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto.

Vogais:

Mestre Fernando Manuel Raposo, professor-adjunto da Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Mestra Alexandra Isabel Cruchinho Barreiros Gomes, professora-adjunta da Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

22 de Fevereiro de 2007. — A Presidente, *Ana Maria Batista Oliveira Dias Malva Vaz*.



PARTE G

CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 429/2007

Por deliberação do conselho de administração do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E., de 6 de Setembro de 2006, foi autorizada a renovação do regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, pelo período de um ano, a Maria José Mota, assistente principal, da carreira técnica superior de saúde, ramo farmacêutico, com início em 1 de Setembro de 2006.

22 de Janeiro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Alfredo Lacerda Cabral*.

HOSPITAL DE SANTA MARIA, E. P. E.

Despacho (extracto) n.º 4267/2007

Por despacho do Ministro da Saúde de 22 de Dezembro de 2003, foram contratados como internos do internato complementar deste Hospital, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004, em regime de contrato administrativo de provimento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 128/92, de 4 de Julho, ficando colocados no Hospital de Egas Moniz, S. A.:

Anatomia patológica — Luís Netto Marçal Corrêa.

Anestesiologia:

Ana Cristina Gonçalves Martins Nascimento.

Joana Tomás de Albuquerque Osório.

Susana Teodósio Rodrigues de Carvalho.

Cirurgia plástica e reconstrutiva — Leonor do Carmo Policiano.

Endocrinologia — João Miguel da Fonseca Conceição.

Hematologia clínica — Maria Leonor Bastos Saragoça.

Imuno-hemoterapia — Begoña Lopez Garcia.

Infeciologia:

Maria Escabues Bernabe Lopez.

Susana Isabel dos Reis Peres.

Medicina interna — Teresa Laura Araújo Nunes Pinto.

Neurocirurgia — Gema Ponce Revilla.

Neurologia — Luísa Cristina da Silva Alves.

Oftalmologia — Helena Isabel Pires Urbano.

Ortopedia — Patrícia Andreia Martins Carona da Silva Rodrigues.

Otorrinolaringologia — Pedro Alexandre Gonçalves Henriques.

Patologia clínica — Emília Bogdanova Krasteva.

Pneumologia — Vera Margarida de A. A. Arnaut de Mendonça Catarino.

Reumatologia — Sandra Isabel Salvador Falcão.

Urologia — Ana Mateus Pereira Covita.

9 de Fevereiro de 2007. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Jorge Alves*.



PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

Aviso n.º 4317/2007

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º da Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal ao serviço deste município referente a 2006 se encontra afixada nos locais de trabalho, para efeitos de consulta.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, o prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Augusto Caimoto Amaral*.

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE

Aviso (extracto) n.º 4318/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 14 de Fevereiro de 2007 e no uso da competência delegada pelo presidente da Câmara Municipal de 2 de Novembro de 2005, na sequência de concurso interno de acesso geral, aberto por publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de Outubro de 2006, procedi à nomeação de Maria Adília Mendes da Costa e José Manuel Teixeira da Silva para a categoria de técnico profissional de construção civil de 1.ª classe.

A aceitação da nomeação deverá efectuar-se no prazo de 20 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*. [Isento

de visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

15 de Fevereiro de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente*.

1000311269

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

Aviso n.º 4319/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 22 de Fevereiro de 2007, foi nomeada para o lugar de técnico superior de 2.ª classe estagiária (não adjectivado) de relações públicas, ao abrigo do disposto no artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a única concorrente aprovada em concurso, Sandra Coutinho Ramos Sérgio.

A candidata deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias contados da presente publicação no *Diário da República*. (Não sujeito a visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, na redacção da Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto, conjugado com o artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

26 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Hernâni Pinto da Fonseca Almeida*.

2611000008

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Aviso n.º 4320/2007

Alteração ao alvará de loteamento urbano n.º 12/93, sito na Quinta do Cabeço de São Bartolomeu, freguesia da Sé, em Bragança

Para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em RC de 12 de Fevereiro de 2007, decorrerá um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias úteis contados a partir da data da sua publicação, durante o qual poderão os interessados apresentar quaisquer reclamações, sugestões ou informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no pedido de alteração ao alvará de loteamento urbano n.º 12/93 para o lote 67.

O requerente pretende que lhe seja permitido alterar o alvará atrás citado na especificação 14.2 de modo que a área edificável ao nível do rés-do-chão passe de 120 m² para 140 m², ou seja, que a especificação 14.2 passe a ter a seguinte redacção:

«A área máxima edificável ao nível do rés-do-chão será para os lotes 1 e 2 de 160 m², para os lotes 3 a 12, 14, 15, 20 a 32, 61 a 69 e 82 de 120 m², para o lote 13,100 m² e para o lote 67 de 140 m².»

Não se vê qualquer inconveniente na alteração pretendida, devendo manter-se as restantes especificações do alvará de loteamento.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, na Divisão de Urbanismo, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 às 16 horas.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados por particulares deverão ser entregues no NAA da Divisão de Urbanismo.

15 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*.

1000311305

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Aviso n.º 4321/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 29 de Novembro de 2006, com base na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e pelo Código do Trabalho, foi renovado, por mais 36 meses, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado, em 1 de Junho de 2004, com Maria José Romão Santos, detentora da categoria de técnica profissional da área de relações públicas de 2.ª classe, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2006. (Contrato isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Dezembro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, com subdelegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

3000226119

Aviso n.º 4322/2007

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 7 de Dezembro de 2006, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado ao abrigo do Código do Trabalho, com Marta Alexandra Gomes Silva, com a categoria de engenheira civil de 2.ª classe, com início em 1 de Janeiro de 2007, pelo prazo de 18 meses.

11 de Dezembro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos com delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

3000226120

Aviso n.º 4323/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meus despachos de 19 de Dezembro de 2006, com base na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e pelo Código de Trabalho, foram renovados, por mais 30 meses, os contratos de trabalho a termo resolutivo certo celebrados, em 17 de Julho de 2006, com Ana Cláudia Bento de Almeida Pinheiro e com Ana Rita da Silva Mendes Garcia, ambas detentoras da categoria de técnico profissional de design e artes gráficas de 2.ª classe, com efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2007, bem como foi renovado, por mais 18 meses, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado, em 27 de Junho de 2005, com Susana Isabel Silva David, detentora da categoria de arquitecta paisagista de 2.ª classe, com efeitos a partir de 27 de Dezembro de 2006. (Contratos isentos de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, com subdelegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

3000226121

Aviso n.º 4324/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e por meu despacho de 19 de Dezembro de 2006, foi renovado por mais três anos o contrato de trabalho resolutivo certo celebrado com Susana Isabel Mendes Silva Grácio, com a categoria de técnica superior da área geográfica e planeamento de 2.ª classe, com efeitos a partir de 2 de Fevereiro de 2007.

8 de Janeiro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, com delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

3000226123

Aviso n.º 4325/2007

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 15 de Janeiro de 2007, foi nomeado, para ocupar um lugar de arquitecto paisagista de 2.ª classe, Gonçalo Nuno Rodrigues Anastácio, na sequência de concurso externo de ingresso.

Mais se torna público que, conforme acta do júri do estágio, homologada em 4 de Dezembro de 2006, foi deliberado isentá-lo do prosseguimento do estágio.

18 de Janeiro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, com delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

3000226126

Aviso n.º 4326/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 16 de Janeiro de 2007, com base no Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, bem como pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foram renovados, por mais 30 meses, os contratos de trabalho a termo resolutivo certo celebrados com Nuno Miguel Teixeira Vareia, Marco Augusto Nunes Martins Cardoso e Francisco José Santos Gaspar, como sapadores florestais, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2007.

Mais se torna público que foi igualmente renovado por mais 30 meses, conforme despacho do vereador dos Recursos Humanos de 16 de Janeiro de 2007, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado com Hugo Filipe dos Santos Barra, como sapador florestal, com efeitos a 16 de Fevereiro de 2007. (Contratos isentos de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Pedro Caldeira Santos*.

3000226127